§ 1º Julgadas não prestadas, mas posteriormente apresentadas, as contas não serão objeto de novo julgamento, sendo considerada a sua apresentação apenas para fins de divulgação e de regularização no Cadastro Eleitoral ao término da legislatura, nos termos do inciso I do art. 58."

O teor do estudo técnico desenvolvido pela unidade de contas atestou que inexistiu obstáculo à regularização das contas do candidato, referente ao pleito de 2014, ratificando que a presente petição de regularização se encontra devidamente instruída, conforme as exigências constantes do art. 42, § 1º, da Resolução TSE nº 23.406/2014.

Diante disso, acompanhando os pareceres da Unidade de Auditoria Interna (COCIN) e da Procuradoria Regional Eleitoral, concluiu que o peticionário atendeu a todos os ditames da referida Resolução, não havendo impedimento algum para o deferimento do seu requerimento de regularização.

Ante o exposto, defiro o pedido formulado, declarando que o eleitor JOSUÉ PEREIRA PERPÉTUA encontra-se quite com suas obrigações eleitorais referentes às eleições de 2014, em virtude do cargo a que concorreu no referido pleito.

Por derradeiro, determino que as Unidades competentes deste Regional:

1. Providenciem, com o trânsito em julgado, o registro da regularização das contas no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO);
2. Seja cientificado o Cartório Eleitoral correspondente acerca do teor da presente decisão para que atualize as anotações no cadastro eleitoral do candidato.

Determino que as providências sejam adotadas com a maior brevidade possível, considerando que o peticionário requereu registro de candidatura para o pleito deste ano.

Vitória-ES, datado e assinado eletronicamente.

Dra. HELOISA CARIELLO

Relatora

RESOLUÇÃO TRE-ES Nº 217/2022

PROCESSO SEI Nº 0003029-20.2022.6.08.8000 - TRE/ES

ASSUNTO: APRECIÇÃO DO ATO PRE Nº 306/2022 QUE, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DESTA CORTE, TRANSFORMOU E CRIOU CARGOS EM COMISSÃO (CJS), SEM ACRÉSCIMO DE DESPESA, COM FULCRO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 11.416/2006.

REQUERENTE: Presidência.

RESOLVEM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, em conformidade com a Ata e Notas Taquigráficas da Sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, REFERENDAR O ATO PRE Nº 306/2022, QUE TRANSFORMOU E CRIOU CARGOS EM COMISSÃO (CJS), SEM ACRÉSCIMO DE DESPESA, COM FULCRO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 11.416/2006.

SALA DAS SESSÕES, 29 de agosto de 2022.

Des. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Presidente

Des. NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO, Vice-Presidente/Corregedor Regional Eleitoral

Dr^a. HELOISA CARIELLO

Dr. UBIRATAN ALMEIDA AZEVEDO

Dr. RENAN SALES VANDERLEI

Dr. ROGERIO MOREIRA ALVES

Dr. LAURO COIMBRA MARTINS

Dr. JULIO CESAR DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA, Procurador Regional Eleitoral

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL(12630) Nº 0601317-84.2022.6.08.0000

PROCESSO : 0601317-84.2022.6.08.0000 REPRESENTAÇÃO ESPECIAL (Vitória - ES)